



portalbenews.com.br

HUB Santos Brasil tem lucro líquido de R\$ 135,5 milhões no último trimestre de 2022, alta de 23,2% em relação ao mesmo período do ano anterior ▶ **p3**

OPINIÃO Advogada Flávia Fardim analisa o debate em torno do dispositivo na CLT que prevê intervenção mínima do Judiciário na manifestação da vontade coletiva ▶ **p8**

Lula Marques/Agência Brasil



Renan defende investimentos fora do teto de gastos

Ministro dos Transportes participou da audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado e sinalizou esse desejo ▶ **p3**

Márcio França promete simplificar arrendamentos portuários

Ministro de Portos e Aeroportos reforçou o compromisso durante reunião com empresários da ABTP, em Brasília ▶ **p4**

Reprodução/Instagram/ABTP



CONGRESSO Frente parlamentar em prol do setor de comércio e serviços é lançada ▶ **p4**

PESQUISA Empresas de cabotagem lideram ranking de participação feminina no Brasil ▶ **p5**

SUL Com pacote de projetos, Imbituba planeja receber mais navios ao mesmo tempo ▶ **p6**

EDITORIAL

Equilíbrio, desenvolvimento e saúde financeira

O ministro dos Transportes, Renan Filho, defendeu que os investimentos em infraestrutura fiquem fora do teto de gastos, no novo arcabouço legal que o Governo Federal prepara e que começa a apresentar ao Congresso Nacional. Segundo ele, ao não incluir tais pagamentos no cálculo do limite de despesas da União, o Palácio do Planalto irá liberar a pasta para ações no segmento de infraestrutura há muito demandadas pelo setor privado, dando um impulso estratégico para a economia nacional.

A proposta foi apresentada por Renan nessa terça-feira, dia 21, durante sua participação na audiência pública na Comissão de Infraestrutura no Senado, para apresentar o plano de trabalho de sua pasta para os próximos dois anos.

Como destaca reportagem publicada na edição desta quarta-feira, dia 22, do Jornal **BE News**, o orçamento do Ministério da Infraestrutura reservado pelo último governo para este ano era de R\$ 5 bilhões. O valor foi revertido para R\$ 21 bilhões através da aprovação da PEC da Transição, que, entre outros resultados, liberou gastos federais. "Se voltarmos a uma capacidade pré-PEC, não teremos condição de frear a piora da nossa infraestrutura de transportes. Não há gestão que tenha a capacidade de suplantar a necessidade de investimentos", destacou.

Renan enfatizou que, segundo pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), 66% da malha federal e estadual estão em situação regular, ruim ou péssima. E, caso consiga recursos, se comprometeu a recuperar, até 2025, os trechos em estado ruim ou péssimo.

É inegável que a infraestrutura de transportes brasileira demanda investimentos urgentes, tanto em rodovias e ferrovias, como em portos e aeroportos. As necessidades são diversas e o impacto da crítica situação em que esses ativos se encontram é desastroso para a economia nacional. Porém, não se pode agir irresponsavelmente diante da realidade fiscal do País. Assim, é evidente que o Governo terá de agir com parcimônia e encontrar uma solução que atenda a infraestrutura e a saúde fiscal nacional. Está claro que todas as demandas não serão sanadas, mas espera-se que as mais gritantes possam ser tratadas.

Que as pastas de Transportes e Portos e Aeroportos definam suas prioridades e debatam com a equipe econômica até onde poderão ir em seus projetos. Que os pedidos do setor privado sejam considerados e a realidade financeira do País, levada em conta. E, dessa forma, que o Governo avalie bem a situação e encontre o equilíbrio tão necessário para melhor atender o País, seu desenvolvimento e sua saúde financeira.

NESTA EDIÇÃO



▲ MANCHETE

- Renan espera que investimentos em infraestrutura fiquem fora do teto de gastos

HUB

- Santos Brasil tem lucro líquido de R\$ 135,5 milhões no último trimestre de 2022

NACIONAL

- França promete simplificar arrendamentos portuários

Congresso ganha frente parlamentar em prol do setor de comércio e serviços

- Empresas de cabotagem lideram ranking de participação feminina no Brasil

REGIÃO SUL

- Com pacote de projetos, Imbituba planeja receber mais navios ao mesmo tempo

REGIÃO SUDESTE

- Operação da Receita combate fraude fiscal na comercialização de combustíveis

PF cumpre mandados em ação contra o tráfico internacional no Porto de Santos

OPINIÃO

- "Princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva: limites ao Poder Normativo da Justiça do Trabalho", por Flávia Fardim

portalbenews.com.br



Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Editor
Alexandre Fernandes

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Janaína Paiva, Marília Sena e Vanessa Pimentel

Diretora de Arte
Mônica Petroni Mathias

Assistente de Arte
Paulo José Ribeiro

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

Maurício Almeida | (11) 99554-4282
mauricio.almeida@portalbenews.com.br

Margrethe Wallau | (11) 99786-1655
megwallau@portalbenews.com.br



Santos Brasil 1

A operadora portuária e logística Santos Brasil registrou um lucro líquido de R\$ 135,5 milhões no último trimestre do ano passado, uma alta de 23,2% em relação ao mesmo período de 2021. Com esse resultado, o ano contabilizou um lucro de R\$ 429,5 milhões, um crescimento de 67,5%. Já o Ebitda (o valor dos lucros antes de se contabilizar juros, impostos, depreciação e amortização) desse quarto trimestre chegou a R\$ 198,3 milhões, 24,2% a mais do que o obtido no período de outubro a dezembro do exercício anterior. Em todo o ano, o Ebitda somou R\$ 809,9 milhões, 42,4% a mais. Os dados integram os resultados operacionais e financeiros da empresa, divulgados na noite de ontem.

Santos Brasil 2

Em relação às operações, os terminais de contêineres da Santos Brasil operaram 296.115 unidades no quarto semestre do último ano, 9% a menos do que nos mesmos meses de 2021. Esse desempenho foi impactado pela normalização da sazonalidade nas importações do Porto de Santos (nos dois anos anteriores, o peak season tinha sido registrado exatamente no quarto trimestre), pelo desaquecimento das importações de bens de consumo, especialmente os produzidos na Ásia e pela estiagem do Rio Amazonas, que levou ao cancelamento nos serviços de cabotagem no Tecon Santos (o que já foi regularizado).

São João 1

A companhia aérea Gol confirmou que terá voos adicionais para Campina Grande, na Paraíba, durante a realização das festas juninas na cidade - o município é conhecido por realizar a maior festa de São João do mundo. Essas novas viagens vão partir de Salvador, que receberá os passageiros vindos de outros estados, e serão oferecidas só aos sábados, de 3 de junho a 29 de julho. A chegada no aeroporto paraibano ocorrerá às 16h25. Às 17h05, as aeronaves decolam retornando à capital baiana.

São João 2

A secretária de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Paraíba, Rosália Lucas, considerou que esses voos extras são uma conquista para o estado, especialmente para Campina Grande, ampliando o fluxo de visitantes no período junino. E informou que já está em negociações com outras companhias aéreas para a oferta de mais viagens em junho e julho.

Renan espera que investimentos em infraestrutura fiquem fora do teto de gastos

Ministro dos Transportes sinalizou esse desejo durante audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Renan Filho afirmou que, apesar de ter aumentado seis vezes de 2022 para cá, o orçamento público para o setor ferroviário ainda é insuficiente

MARÍLIA SENA
marilia@portalbenews.com.br

O ministro dos Transportes, Renan Filho, participou da audiência pública na Comissão de Infraestrutura no Senado para apresentar o plano de trabalho de sua pasta para os próximos dois anos. Ele sinalizou que gostaria que os investimentos em infraestrutura ficassem fora do teto de gastos.

"Não dá para investir sem sustentação, mas na discussão do novo marco fiscal vamos ter que discutir se o que estávamos fazendo estava errado ou não", disse.

Segundo o ministro, o orçamento do Ministério da Infraestrutura deixado para este ano pelo governo anterior era de R\$ 5 bilhões, bem menos que os R\$ 45 bilhões no ano de 2012. Durante a reunião da Comissão de Infraestrutura, Renan Filho lembrou que o valor para 2023 foi revertido para R\$21 bilhões através da aprovação da PEC da Transição.

"Se voltarmos a uma capacidade pré-PEC, não teremos condição de frear a piora da nossa infraestrutura de transportes. Não há gestão que

tenha a capacidade de suplantar a necessidade de investimentos", apontou.

O ministro lembrou dos dados da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), que mostram que 66% da malha federal e estadual estão em situação regular, ruim ou péssima. Renan Filho se comprometeu a zerar, em dois anos, os trechos em estado ruim ou péssimo, caso haja os recursos financeiros.

O chefe da Infraestrutura disse que a PEC da Transição que abriu espaço para novos recursos no governo "não pode ser um voo de galinha" e que os investimentos não podem sofrer "enforcamento" com o teto de gastos.

No entanto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sinalizou que não tem pressa para apresentar as novas regras fiscais. Após uma série de reuniões, realizadas na segunda-feira (20), entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, outros ministros e lideranças parlamentares, a apresentação do texto do arcabouço fiscal ficou para depois da viagem da comitiva do Governo Federal à China, entre os dias 26 e 31 deste mês.

O texto do arcabouço fiscal vai substituir o teto de gastos - medida que limita o crescimento das despesas do Governo

“SE VOLTARMOS A UMA CAPACIDADE PRÉ-PEC, NÃO TEREMOS CONDIÇÃO DE FREAR A PIORA DA NOSSA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. NÃO HÁ GESTÃO QUE TENHA A CAPACIDADE DE SUPLANTAR A NECESSIDADE DE INVESTIMENTOS”

RENAN FILHO
ministro dos Transportes

Federal mediante a inflação.

Ferrovias

O investimento em ferrovias também foi pauta da audiência. Renan Filho afirmou que, ape-

sar de ter aumentado seis vezes de 2022 para cá, o orçamento público para o setor ferroviário ainda é insuficiente. As ferrovias hoje transportam cerca de 20% das cargas brasileiras. No Plano Nacional de Logística (PNL), a meta é chegar a 40% em 2035, tornando o meio mais equilibrado e sustentável.

"Infelizmente, no ano passado, o Brasil só investiu R\$ 100 milhões em obras próprias de ferrovias. Isso é muito pouco, significa 10 quilômetros. É muito aquém do desafio de um país continental como o Brasil. Este ano nosso orçamento é de R\$ 600 milhões. Obras ferroviárias têm a maior parte do seu investimento privado, mas é importante que o Brasil tenha condições de fazer parcerias público-privadas", disse Renan Filho.

A audiência pública de ontem na Comissão de Infraestrutura foi realizada em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional. Os presidentes dos colegiados, senador Confúcio Moura (MDB-RO) e senador Marcelo Castro (MDB-PI), respectivamente, decidiram juntar as comissões porque as duas pautas previam o convite ao ministro Renan Filho.

Na próxima terça-feira (28), o convidado das comissões é o ministros de Portos e Aeroportos, Márcio França.

NACIONAL

França promete simplificar arrendamentos portuários

Compromisso foi reforçado durante reunião com empresários da ABTP nessa terça-feira, em Brasília

Divulgação/ABTP

Da Redação
redacao@portalbenews.com.br

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, reforçou seu compromisso em simplificar e agilizar o processo de arrendamentos portuários no Brasil, a fim de facilitar o investimento privado neste segmento. A tarefa foi destacada pela autoridade ao receber, na tarde ontem, na sede do Ministério, diretores-executivos e integrantes do conselho deliberativo da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP).

Segundo o presidente da ABTP, Jesualdo da Silva, França foi “claro” em sua promessa, que tem o objetivo de tornar o setor mais atrativo para os projetos da iniciativa privada. Tal simplificação será obtida repensando os próprios regulamentos e os documentos necessários para concessão desses ativos, afirmou.

Márcio França ainda comentou sobre o processo de escolha das novas diretorias das autoridades portuárias - especificamente aquelas controladas diretamente pelo Governo Federal, como a Santos Port



▲
Integrantes da diretoria executiva e do conselho deliberativo da ABTP foram recebidos pelo ministro Márcio França

Authority (SPA, a Autoridade Portuária de Santos), lembrou Jesualdo. De acordo com o executivo, o ministro explicou que o anúncio sobre esses dirigentes deve ocorrer “bem em breve”.

O titular de Portos e Aeroportos também enfatizou que “está aberto ao diálogo com os empresários. Ele fez questão de se apresentar como servidor

público, que estava ali para prestar um serviço à sociedade e, para isso, precisava nos ouvir”, relatou o dirigente, que considerou a reunião “muito positiva”.

Procurada pela Reportagem, a assessoria do Ministério confirmou o posicionamento de França durante o encontro.

Apresentação

Esta foi a primeira reunião ofici-

al entre a ABTP e o ministro Márcio França. Segundo Jesualdo, o objetivo da audiência era apresentar formalmente a entidade, que estava representada por mais 30 pessoas, entre empresários e executivos da diretoria. Entre eles, estava o presidente do Conselho Deliberativo, Roberto Oliva, da Intermarítima Portos e Logística S.A..

Uma das principais associações do setor portuário, a ABTP conta com 77 associados, empresas que operam 230 terminais portuários, instalados em 22 estados. Essas unidades foram responsáveis, no ano passado, por 76% da movimentação portuária nacional, cargas cujo valor chegou a 19% do Produto Interno Bruto (PIB).

Congresso ganha frente parlamentar em prol do setor de comércio e serviços

Evento de lançamento do colegiado foi realizado na noite de ontem, em Brasília

Divulgação

MARÍLIA SENA
marilia@portalbenews.com.br

Foi lançada ontem (21) a Frente Parlamentar Mista do Comércio e Serviços (FCS). O objetivo do grupo de deputados e senadores é atuar em prol do setor produtivo. A iniciativa foi tomada em conjunto com o Instituto União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (Unecs).

O evento realizado na noite de ontem, em Brasília, contou com a presença de congressistas que ressaltaram a importância da aprovação da Reforma Tributária para o setor.

O secretário especial da Reforma Tributária, Bernard



▲
Um dos presidentes da frente parlamentar, o senador Efraim Filho (União-PB) compareceu ao evento de lançamento do colegiado

Appy, compareceu à cerimônia e foi cobrado por alguns membros da frente.

“Alíquota da ordem de 25% em um eventual imposto único não é sustentável para o setor

de comércio e serviços”, disse João Galassi, presidente da Unecs.

“

ALÍQUOTA DA ORDEM DE 25% EM UM EVENTUAL IMPOSTO ÚNICO NÃO É SUSTENTÁVEL PARA O SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS”

JOÃO GALASSI
presidente da Unecs

Os presidentes da frente parlamentar são o senador Efraim Filho (União-PB) e o deputado Domingos Sávio (PL-MG).

O colegiado ainda não divulgou o cronograma de atividades. A mesa diretora da frente pode ser decidida nos próximos dias.

Empresas de cabotagem lideram ranking de participação feminina no Brasil

Em seguida, aparecem as autoridades portuárias, aponta levantamento da Antaq

Divulgação/Portonave



Segundo dados da UNCTAD, que analisou as oportunidades para as mulheres no setor portuário global, elas ocupam apenas 18% das vagas existentes

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

As empresas de cabotagem lideram o ranking de participação feminina no segmento aquaviário, com 34% dos cargos ocupados por mulheres e mais de 30% delas em posições de liderança.

É o que mostra o levantamento de dados sobre equidade de gênero no setor feito pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), divulgado ontem (21).

Do total de companhias de cabotagem, 75% responderam à pesquisa. Os resultados indicaram que, para o total de cargos disponíveis, elas ocupam 34% deles; dirigentes, 32%; gerentes, 36,9%; e operacional, 33,2%.

As autoridades portuárias aparecem em seguida, com adesão de 51% delas ao questionário. Neste recorte, do total de vagas disponíveis, 22,3% são ocupadas por mulheres; 5,9% atuam como dirigentes; 34,9%

são gerentes; e 20,9% realizam atividades operacionais.

“Cabotagem e autoridades portuárias foram a maior amostra censitária com bons resultados. Embora a cabotagem tenha tido uma representação expressiva, quando comparada com autoridade portuária, os dois segmentos tiveram participação acima da média, já que a média geral no setor portuário é de 17,3%”, explicou Flávia Takafashi, diretora da Antaq.

Quando se fala no total de vagas existentes em todo o setor aquaviário nacional, as mulheres ocupam apenas 17,5% delas. Quanto aos cargos de liderança, o setor de navegação lidera com 23% das mulheres em posições de gerência. Já os cargos de direção têm menor ocupação por mulheres, com 13% apenas.

As empresas entrevistadas empregam em sua maioria homens, entre 25 e 44 anos de idade. Ao todo, 302 empresas participaram do levantamento com respostas válidas, entre Terminais Autorizados; Terminais Arrendados; Autoridades Portuárias; Empresas brasileiras de navegação (EBN) e o

QUANTO AOS CARGOS DE LIDERANÇA, O SETOR DE NAVEGAÇÃO LIDERA COM 23% DAS MULHERES EM POSIÇÕES DE GERÊNCIA. Á OS CARGOS DE DIREÇÃO TÊM MENOR OCUPAÇÃO POR MULHERES, COM 13%

Órgão de Gestão de Mão de Obra (Ogmo).

A pesquisa é a primeira das ações da Autarquia no Protocolo de Intenções, assinado em março de 2022, entre a Agência e a Women's International Shipping and Trading Association (WISTA-Brazil), que busca equidade de gênero no setor.

A coleta e publicação dos resultados têm como objetivo aprofundar o conhecimento do setor aquaviário em relação a seus trabalhadores e poderá ser usado como uma linha de base pelas empresas do setor para aprimoramento de políticas voltadas para a equidade de gênero.

A apresentação contou com a participação dos diretores da Antaq, entre eles o diretor-geral, Eduardo Nery, e a diretora Flávia Takafashi, responsável por apresentar os dados.

Também estiveram presentes a diretora-geral do Senado Federal, Ilana Trombka, a diretora da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil, Amanda Seabra, e a diretora de Novas Outorgas e Políticas

Regulatórias Portuárias do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori.

Tendência mundial

De acordo com dados da UNCTAD, que analisou as oportunidades para as mulheres no setor portuário global, elas ocupam apenas 18% das vagas existentes.

Para a agência, os números do Brasil, que seguem a tendência mundial, destacam a necessidade de políticas estratégicas para melhorar a meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A pesquisa ainda perguntou se as companhias adotam políticas de equidade em seus recrutamentos. A conclusão foi de que 90,8% das empresas adotam pelo menos uma política de equidade de gênero na escolha de seus empregados.

O levantamento também trouxe dados sobre equidade de gênero dentro da própria Antaq. Dos 389 servidores da autarquia, 24% são mulheres e somente 6,3% delas ocupam cargos de liderança.

REGIÃO SUL

Com pacote de projetos, Imbituba planeja receber mais navios ao mesmo tempo

Ideia é aumentar o número de berços para atracação simultânea de até seis embarcações

Divulgação/Icaro Braga/SCPAR Porto de Imbituba

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

Para poder atender à crescente demanda de movimentação de cargas, a SCPAR Porto de Imbituba Autoridade Portuária anunciou um pacote de projetos que visam aumentar o número de berços para atracação simultânea de até seis navios no complexo portuário. Atualmente, o Porto de Imbituba conta com três cais e pode receber até quatro embarcações ao mesmo tempo. Com os projetos concluídos, a ampliação tornará o porto de Imbituba o maior de Santa Catarina em extensão acostável, com aproximadamente 1,6 km de cais linear.

Os planos de expansão já devem começar a se tornar realidade nos próximos 30 dias, com a perspectiva da recuperação e ampliação do Cais 3. As intervenções no Berço 3 estão em fase final de projeto executivo, no que é considerado a maior e mais importante obra realizada pela SCPAR Porto de Imbituba, com um aporte de mais de R\$ 92 milhões custeados pela Autoridade Portuária.

O reforço estrutural do Cais 3 alargará o berço e permitirá maior automatização, permitindo a instalação de novos equipamentos de movimentação de cargas, como shiploader. O cais receberá, também, dois dolphins, um de atracação e um de amarração, para viabilizar o recebimento de navios maiores, passando do limite atual de 205 metros (LOA) para embarcações com até 300 metros. A previsão de entrega é para 2025.

Após a obra, o planejamento seguinte é realizar a dragagem de aprofundamento do local, equiparando a capacidade de calado máximo do Berço 3 a dos cais 1 e 2, que possuem profundidade de 15 metros.

“As melhorias em que estamos trabalhando são fundamentais para que Porto de Imbituba permaneça na trajetória ascendente de participação na logística portuária e incluem tratativas simultâneas no campo estrutural, de acesso, otimi-



Foto: Icaro Braga

Atualmente, o Porto de Imbituba conta com três cais e pode receber até quatro embarcações ao mesmo tempo

O CAIS 3 RECEBERÁ DOIS DOLPHINS PARA VIABILIZAR O RECEBIMENTO DE NAVIOS MAIORES, PASSANDO DO LIMITE ATUAL DE 205 METROS (LOA) PARA EMBARCAÇÕES COM ATÉ 300 METROS

zação de áreas, automatização de processos e de gestão comercial do Porto. Nosso objetivo é elevar a qualidade, pensando na maior eficiência operacional na movimentação de cargas, sustentabilidade no dia a dia com a cidade e manutenção de baixo tempo de espera para atracação”, declarou Luís Antônio Braga Martins, diretor-presidente da SCPAR Porto de Imbituba.

Após ter finalizado o projeto básico, a SCPAR deve lançar ainda neste primeiro semestre a licitação para contratar a empresa responsável pela instalação de um dolphin na ponta do Cais 2, passando para 700m os cais 1 e 2, que hoje têm, juntos, 660m. A nova estrutura permitirá a atracação permanente de três navios, independentemente de suas características.

Segundo Luís Antonio, o processo de transformação da retaguarda do Cais 2, que hoje se encontra inoperante, está em fase de tratativa. O local irá virar mais um berço de atracação, com cerca de 250m, para operação exclusiva de navio graneleiro. A expectativa da Autoridade Portuária é atrair, pelo menos, R\$ 30 milhões em investimentos da iniciativa privada para qualificação do local.

Outros investimentos

Além do foco para a área de acostagem, a SCPAR visa outras ações estratégicas para o porto, entre elas a recuperação e reforço do molhe de abrigo.

Diferentemente das demais obras, que envolvem recursos da Autoridade Portuária e atração de investimentos privados, a intervenção no molhe

será pleiteada pela SCPAR, em conjunto com a Secretaria de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina, para que a União, proprietária do porto organizado, forneça os recursos necessários.

Junto dos avanços estruturais, uma das linhas de frente está focada no implemento de melhorias de automação e modernização dos processos de tecnologia da informação. São elas:

- Reabrir processo de licitação do novo data center
- Capacitação da equipe em conformidade à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
- Avanço do projeto Gate sem Parar
- Adquirir duas balanças rodoviárias eletrônicas
- Liberação de um novo gate de acesso na Portaria 2

REGIÃO SUDESTE

Operação da Receita combate fraude fiscal na comercialização de combustíveis

Objetivo foi desarticular organização suspeita de importar nafta e aromáticos de maneira ilegal, entre outros crimes

Divulgação/Receita Federal

CÁSSIO LYRA
redacao@portalbenews.com.br

A Receita Federal realizou ontem (21) a Operação Cassiopeia, com objetivo de desarticular uma organização criminosa suspeita de interposição fraudulenta na importação de nafta e aromáticos, utilização de interpostas pessoas na composição do quadro societário de empresas, sonegação fiscal e crime de lavagem de capitais. A ação ocorreu em conjunto com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) e com a Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo.

De acordo com a linha de investigação, em 2020, um grupo empresarial do setor de combustível, localizado em São Paulo e até então com uma atuação modesta no mercado nacional, passou a figurar entre os maiores fornecedores de gasolina do Brasil. No entanto, com uma prática de preços não



Participaram da operação representantes da Receita, procuradores do Gaeco e auditores-fiscais da Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo

condizente com a realidade do mercado regular.

Segundo apurado, a formuladora e sua distribuidora, mediante manobras fiscais e contábeis, inflavam artificialmente o preço da gasolina comercializada entre ambas as empresas, fazendo com que esta operasse com margens

altamente negativas, causando, deste modo, uma diminuição significativa no débito do ICMS-ST. Paralelamente, a formuladora escriturava créditos indevidos como forma de diminuir sua carga tributária de ICMS próprio.

O incremento expressivo na comercialização de gasolina

coincidiu com a alteração no quadro societário das empresas do grupo e com a criação de um estabelecimento filial, localizado em Tocantins, que passou a importar nafta e aromáticos exclusivamente para as empresas investigadas. No entanto, a mercadoria não passava pelo Estado do Tocantins.

Os dirigentes das empresas envolvidas não dispõem de capacidade financeira compatível com os valores transacionados, demonstrando serem interpostas pessoas utilizadas para ocultar o real beneficiário do esquema, que possui antecedentes criminais por diversos ilícitos, inclusive relacionados ao comércio de combustíveis, sendo assim o principal investigado da operação.

As diligências realizadas também tiveram o objetivo de averiguar a identidade dos verdadeiros donos por trás das empresas formuladora e distribuidora.

Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em cinco endereços situados em municípios do estado de São Paulo, sendo quatro na Capital e um em Barueri, expedidos pela 2ª Vara Criminal do Foro de Guarulhos (SP).

A Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo autuou a empresa formuladora em mais de R\$ 1 bilhão.

Participaram da operação oito auditores-fiscais e três analistas-tributários da Receita Federal, cinco procuradores do Gaeco e 18 auditores-fiscais da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

PF cumpre mandados em ação contra o tráfico internacional no Porto de Santos

A Polícia Federal deflagrou ontem (21) a Operação Albacora, que tem como objetivo aprofundar investigações voltadas ao tráfico internacional de drogas pelo Porto de Santos, o maior da América Latina. De acordo com a corporação, foram cumpridos mandados de busca e apreensão de uma organização criminosa suspeita de ter inserido mais de 600 kg de cocaína em um carregamento que seria enviado para a Euro-

pa através dos cais santista.

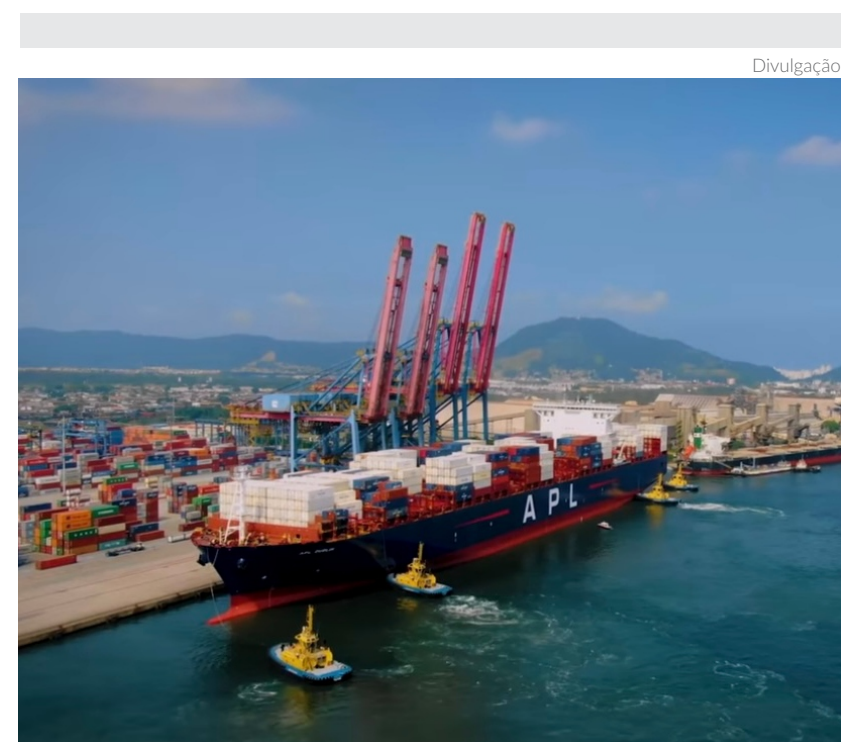
Segundo a Polícia Federal, o crime que deu origem a linha de investigação ocorreu em agosto do ano passado. Na ocasião, 605 kg da droga foram interceptados em uma carga de café que seria exportada para o Porto de Hamburgo, na Alemanha.

A droga foi apreendida e levada para a delegacia da PF, em Santos, que deu início aos trabalhos de investigação a partir de informações colhidas

pela Receita Federal.

Ao todo, foram cumpridos dois mandados de busca e apreensão em São Vicente, na Baixada Santista, com a finalidade de aprofundamento de investigação sobre a prática do crime de tráfico internacional.

Segundo a Polícia Federal, as ordens foram expedidas pela Justiça Federal de Santos. O crime de tráfico internacional de entorpecentes está previsto na Lei 11.343 de 23/08/2006.



Divulgação

Deixou o Porto de Santos (SP) ontem (21) o navio APL Dublin, um dos maiores já recebidos pelo complexo portuário. Com 347,02 m de comprimento e 45,2 m de boca (largura), a embarcação havia chegado do Porto de Suape (PE) e estava atracada no terminal da Santos Brasil. Esta foi a quarta vez que um navio 347 operou no Porto de Santos e a primeira em 2023.

Para o APL Dublin deixar o complexo paulista foi necessária a interrupção da travessia de balsas Santos-Guarujá das 13h50 às 14h40. A embarcação seguiu rumo ao Porto de Navegantes (SC).

OPINIÃO

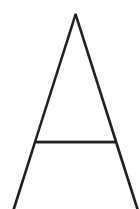
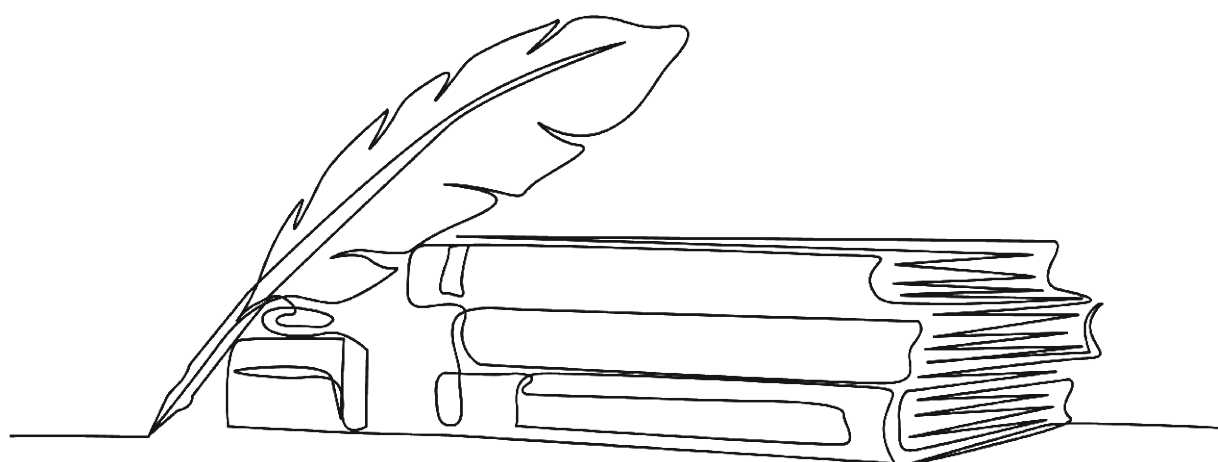
**FLÁVIA FARDIM**

sócia do Escritório Fardim & Burian Advogadas Associadas e assessora jurídica da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) e do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) do Espírito Santo
opinio@portalbenews.com.br



► DIREITO

Princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva: limites ao Poder Normativo da Justiça do Trabalho



Reforma Trabalhista inseriu importante dispositivo na CLT – o §3º do artigo 8º, que prevê a intervenção mínima do Judiciário na manifestação da vontade coletiva, mostrando o evidente objetivo do legislador de conferir maior autonomia aos atores sociais na negociação das condições de trabalho.

A inclusão desse dispositivo no diploma trabalhista gerou calorosos debates, notadamente a par da redação dos arts. 611-A e 611-B, os quais estabelecem, em tese, os limites da negociação coletiva de trabalho. Ademais, de certa forma, a união do princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva com a prevalência das condições negociadas em convenções coletivas de trabalho sobre a lei, recentemente fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no Tema de Repercussão Geral 1046, pode mitigar o Poder Normativo da Justiça do Trabalho.

É exatamente neste ponto que reside o debate de pensadores do Direito do Trabalho, pois há quem defenda que esse Poder Normativo é uma forma de pacificação social e de manter o equilíbrio na negociação coletiva, enquanto, em contrapartida, há aqueles que afirmam que o Poder Normativo cria uma ingerência indevida da Justiça do Trabalho nas relações laborais, oriunda de um corporativismo estatal (SCHIAVI, Mauro. Aspectos Polêmicos do poder normativo da justiça do trabalho e do dissídio coletivo “de comum acordo”. *Lacier Artigos Periódicos*. v. 23, n. 04, 2017).

Sobre isso, faz-se necessário ressaltar que a Justiça do Trabalho permanece exercendo sua função judicante, tendo por norte o resguardo dos direitos dos trabalhadores. Tal se dá em função da aferição da conformidade dos termos negociados pelas partes com os ditames constitucionais e legais sobre o bem da vida em análise, naquela oportunidade.

É possível verificar que a própria redação do §3º do artigo 8º da CLT estabelece que “a Justiça do Trabalho analisará exclusivamente a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico, respeitado o disposto no art. 104 do Código Civil”, ou seja, a ingerência admitida e esperada consiste na aferição específica dos seguintes itens: se o agente é capaz, se

o objeto é lícito, possível, determinado ou determinável (limites fixados pelo STF no Tema 1046) e a observância da forma prescrita ou não defesa em lei.

Nesse sentido, a nova norma celetista, além de garantir liberdade às partes em negociar as condições que lhes dizem respeito, tem o condão de atribuir maior protagonismo aos sujeitos coletivos, com redução de tradições intervencionistas estatais, muitas vezes afastadas da realidade das categorias titulares dos direitos.

Abandona-se, pois, a relação entre norma coletiva e estatal de concorrência e subordinação e se passa para uma relação institucional e de complementariedade (NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Princípios e fundamentos do anteprojeto de modernização das leis trabalhistas. In: TEIXEIRA, João de Linha Filho (coord). *A Modernização da legislação trabalhistas*. São Paulo, LTr, 1994).

Nota-se, no tocante ao setor portuário, que a intervenção judicial em normas coletivas negociadas e devidamente aprovadas nas assembleias correspondentes enfraquece o poder natural conferido ao binômio capital x trabalho, pelo art. 43 da Lei 12.815/2013, diante, por exemplo, da singularidade das condições do trabalho portuário avulso.

É de se ver que a Reforma Trabalhista impôs limites ao Poder Normativo da Justiça do Trabalho. O prestígio à autonomia da vontade coletiva foi corroborado, inclusive, pelo Supremo Tribunal Federal, em importante julgamento que fixou ser válida a norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis.

Destarte, a própria palavra “exclusivamente” na redação do §3º, art. 8º da CLT, reitera a limitação da intervenção da Justiça do Trabalho nas negociações coletivas. É preciso ter ciência de que o princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva surge em consonância com a evolução do modelo de Estado que compartilha as responsabilidades com a sociedade, neste caso, com os entes coletivos.

FAZ-SE NECESSÁRIO RESSALTAR QUE A JUSTIÇA DO TRABALHO PERMANECE EXERCENDO SUA FUNÇÃO JUDICANTE, TENDO POR NORTE O RESGUARDO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES. TAL SE DÁ EM FUNÇÃO DA AFERIÇÃO DA CONFORMIDADE DOS TERMOS NEGOCIADOS PELAS PARTES COM OS DITAMES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS SOBRE O BEM DA VIDA EM ANÁLISE, NAQUELA OPORTUNIDADE.